



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRAÇA MINOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64763-000
CNPJ 01.612.569/0001-70



LEI N° 07/2019

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Exercício Financeiro - 2.020

Via – Prefeitura Municipal

ADMINISTRAÇÃO
GABRIELA O. COELHO DA LUZ



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRAÇA MINOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64763-000
CNPJ 01.612.569/0001-70



Lei Nº. 07/2019, de 25 de Outubro de 2019

CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA (PI), 25 DE OUTUBRO DE 2019.

*Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o
Exercício Financeiro de 2020 e dá outras
providências.*

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, ESTADO DO
PIAUÍ.**

*Faço saber que a Câmara Municipal de Capitão Gervásio Oliveira (PI) aprovou e
eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:*

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Capitão Gervásio Oliveira - PI, para o **Exercício Financeiro de 2020**, nos termos do Art. 165, § 2º da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 4.320/64, e nos termos da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II. As diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- III. A organização e estrutura dos orçamentos;
- IV. Disposições relativas à Dívida Municipal e a captação de recursos;
- V. Disposições sobre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;
- VI. As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações tributárias do município e medidas para o incremento da receita, para o exercício correspondente;



VIII. No Orçamento o valor da Receita será igual ao valor da despesa, e integrara a essa Lei o Anexo I de metas Fiscais e o Anexo II de Riscos Fiscais, na forma do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Parágrafo Único – As diretrizes aqui estabelecidas ajudarão na elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município, relativa ao referido exercício financeiro.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As prioridades e metas da Administração municipal para o Exercício de 2020 serão fixadas em consonância com o Art. 4º da Lei Complementar 101/00, bem como em consonância com o Art. 165, § 2º, da Constituição Federal, em que são especificadas no Anexo I, que integra esta Lei, a serem detalhadas na programação orçamentária para o **Exercício Financeiro de 2020:**

- I. Austeridade na utilização dos recursos públicos;
- II. A prestação de serviços educacionais de qualidade;
- III. A garantia de serviços de atenção e prevenção da Saúde e Saneamento Básico;
- IV. A promoção da cultura, esporte, lazer e turismo;
- V. A assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente;
- VI. A geração de emprego e renda através de cursos que qualificam a mão de obra local e da garantia de crédito;
- VII. A habitação e o urbanismo – Habitação popular e infra-estrutura urbana e rural;
- VIII. A promoção da agricultura e do abastecimento;
- IX. Recuperação e preservação do meio ambiente;
- X. O planejamento das ações municipais com vistas à racionalização, eficiência, efetividade e eficácia.



Parágrafo Único - Na elaboração do Projeto de Lei do PPA (Plano Plurianual) e da Proposta Orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, significando dizer que as metas estabelecidas não constitui limite à programação de despesa.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICIPIO
SEÇÃO I
DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 3º. A Lei Orçamentária Anual obedecerá à elaboração do Orçamento do Município de Capitão Gervásio Oliveira relativo ao Exercício Financeiro de 2020, e as diretrizes gerais e específicas de que trata este capítulo, consubstanciadas no texto desta Lei.

Art. 4º. Os valores da receita e da despesa serão orçados com base nos seguintes fatores:

I - execução orçamentária dos últimos três exercícios (Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores);

II – Arrecadação efetiva dos últimos três exercícios, bem como o comportamento da arrecadação no primeiro quadrimestre de 2018, considerando-se, ainda, a tendência para os quadrimestres seguintes;

III - alterações na legislação tributária (Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita);

IV - Expansão ou economia nos serviços públicos realizados pela municipalidade;

V - indicadores inflacionários e econômicos correntes e os previstos com base na análise da conjuntura econômica do país e da política fiscal do governo federal;



VI - metas de melhoria de gestão e diminuição de perdas de arrecadação a serem desenvolvidas;

VII - índice de participação do município na distribuição do ICMS, fixado para 2019 e, se estiver apurado, o provisório para 2020;

VIII - projeção da taxa de crescimento econômico para o ano de 2020;

IX - outros fatores que possam influir significativamente no comportamento da arrecadação no ano de 2020, desde que devidamente embasados.

Art. 5º. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2020 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 6º. A Lei Orçamentária Anual poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2018/2021, que tenha sido objeto de projetos de Leis específica.

Art. 7º. A elaboração da Proposta Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus fundos, autarquias e entidades da administração Direta e Indireta, assim como a execução obedecerá às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, tendo como base à execução orçamentária observada no período de janeiro a junho de 2018, observando-se:

I. Os valores orçamentários na forma do disposto neste artigo poderão, ainda, ser corrigidos durante a execução orçamentária por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.



II. Os programas e projetos em fase de execução, desde que reavaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre novos projetos.

III. A Lei Orçamentária Anual observará, na estimativa da receita e na fixação de despesa, os efeitos econômicos decorrentes da ação governamental.

IV. A manutenção de atividades existentes terá prioridade sobre as ações de expansão.

V. Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, o serviço da dívida e outras despesas com o custeio administrativo e operacional.

VI. O Município aplicará no mínimo **25% (vinte e cinco por cento)** da receita proveniente de impostos e das transferências de recursos deles decorrentes na manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, ficando asseguradas dotações orçamentárias próprias para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na forma do Art. 60 da ADCT e da Lei nº. 11.494 de 20 de junho de 2007, esta ultimam regulamentadas pelos Decretos Federais nº. 6.253 de 13/11/2007, 6.278 de 29/11/2007 e 6.571 de 17/09/2008.

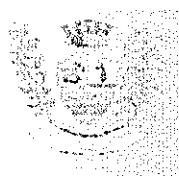
VII. A aplicação de no mínimo **15% (Quinze por cento)** em ações e serviços públicos de saúde da Receita proveniente de Impostos e das Transferências de Recursos, cumprirá ao disposto na Lei Complementar nº. 141, de 13 de janeiro de 2012.

VIII. Constará da Proposta Orçamentária o produto das operações de crédito autorizado pelo Legislativo, com destinação e vinculação a projeto específico.

IX. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e observadas às metas programáticas setoriais constantes na presente Lei.

X. Todas as despesas relativas à Dívida Pública Municipal constarão da Lei Orçamentária, compreendendo juros, amortizações e outros encargos.

XI. Será estabelecido a Reserva de Contingência, em até 1%, cuja forma de utilização e montante, estará definida com base na Receita Corrente Líquida,



destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único: Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada para sua finalidade, o saldo poderá ser utilizado para amparar a abertura de créditos adicionais por meio de Decreto do Poder Executivo, nos termos do Art. 40 e 41 da Lei Federal nº. 4.320/64, sem onerar a margem de suplementação orçamentária por decreto a ser autorizada na Lei Orçamentária Anual, relativa ao Exercício de 2020.

Art. 9º. As despesas à conta de Investimentos em Regime de Execução Especial, somente serão permitidas para projetos ou atividades novas decorrente de calamidade pública declarada pelo Município, na forma do Art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

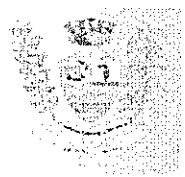
Art. 10º. Em cumprimento ao disposto na alínea "f" do inciso I do Art. 4º da Lei Complementar Federal–LRF nº. 101, de 04 de maio de 2000;

Fica o Poder Executivo autorizado a:

§ 1º - Efetuar despesas de custeio de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições Públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneres.

§ 2º - Nas realizações das ações de sua competência, o município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneres, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestações de contas.

Parágrafo Único. As contrapartidas financeiras de convênios, acordos e/ou empréstimo, em qualquer caso serão estabelecidas de modo compatível com a capacidade do Município.



SEÇÃO II DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS

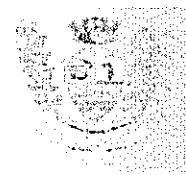
Art. 11. O Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Lei, compreendendo seus órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Município.

§ 1º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:

- 1 - Pessoal e encargos sociais;
- 2 - Juros e encargos da dívida Interna;
- 3 - Outras despesas correntes;
- 4 - Investimentos;
- 5- Inversões financeiras, nelas incluídas quaisquer despesas com constituição ou aumento de capital de empresas;
- 6 - Amortização da dívida.

§ 2º. A categoria de programação de que trata este artigo será identificada por projetos e atividades, tituladas individualmente e com indicação sucinta de metas que caracterizam o produto esperado da ação pública.

§ 3º. No Projeto de Lei Orçamentária Anual será atribuído a cada Projeto e Atividade, sem prejuízo das codificações funcionais programáticas adotadas num código numérico seqüencial.



§ 4º. A modalidade de aplicação dos recursos será expressa através de códigos indicadores com a seguinte tipologia, podendo ser alterada para atender a conveniência da execução orçamentária:

- I - Transferências Intragovernamentais a Entidades não integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (15);
- II - Transferências à União (20);
- III - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (30);
- IV - Transferências a Municípios (40);
- V - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50);
- VI - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (60);
- VII - Aplicações Diretas - Administração Municipal (90).

§ 5º. Os empenhos orçamentários do Poder Executivo, fundações e autarquias seguirão uma ordem numérica seqüencial anual. Vejamos o Exemplo do Empenho nº. "105002".

1-Significa que o Empenho é do mês de Janeiro;
05 – Significam que a data do empenho é dia 05
002 – Significa o segundo empenho do dia.

Art. 12 - As operações de crédito por antecipação da Receita, contratados pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício em que forem contratadas.

Art. 13 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Executivo até 31 de julho de 2018, para serem incluídos na proposta Orçamentária do Município.

Parágrafo único – Para efeito do disposto na Lei Orgânica do Município, ficam estipulados os limites para elaboração da proposta orçamentária do Legislativo:



- I - O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluído os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme Art. 29-A, inciso I da Constituição federal (E. Cnº. 58/2009).
- II - As despesas com pessoal incluindo gastos com subsídios dos vereadores deverão observar o disposto no Art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal (E. Cnº. 25/2000).

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 14 -. Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária Anual:

I – Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, apresentado de forma sintética e agregada, evidenciando déficit ou superávit e o total de cada um dos orçamentos;

II – Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; bem como do conjunto dos dois orçamentos, segundo as categorias e subcategorias econômicas;

III – Quadro resumo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos;

- a) Por classificação institucional;
- b) Por função;
- c) Por subfunção;
- d) Por programa;
- e) Por grupo de despesa;
- f) Por modalidade de aplicação;
- g) Por elemento de despesa.



IV – Demonstrativo dos recursos destinados à Manutenção do Ensino Fundamental, do Ensino Infantil e do Desenvolvimento do Ensino;

V – Demonstrativo dos investimentos consolidados nos 03 (três) orçamentos do Município;

VI – Demonstrativo da despesa por grupo de despesa e fonte de recursos identificando os valores em cada um dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em termo global e por órgãos;

VII – As tabelas explicativas de que trata o art. 22, inciso III, letras A B e C, sobre a evolução da Receita, letras D, E e F sobre a evolução da Despesa, conforme a Lei nº 4.320/64.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA MUNICIPAL

Art. 15 -. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a ser incluída na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas de operações de crédito.

Art. 16 - O Projeto de lei orçamentária poderá incluir na composição total da receita, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 17 -. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no Art. 38, da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 18 -. As despesas com o serviço da dívida de Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as propriedades estabelecidas, bem



assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

CAPITULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL
E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 19 -. O Orçamento Fiscal obedecerá obrigatoriamente aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.

Art. 20 -. O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas do Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades e bem assim do Poder Legislativo.

Parágrafo Único - Serão excluídos do Orçamento Fiscal os órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 21 -. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes, órgãos e fundos da Administração Direta, vinculadas a áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social e obedecerá ao definido na Lei dos Fundos de Saúde e Assistência Social e da Lei Orgânica do Município.

Art. 22 -. O orçamento de investimento previsto na Lei Orgânica do Município detalhará individualmente por categoria de programação e natureza da despesa as aplicações destinadas às Despesas de Capital, constantes da presente Lei.

Art. 23 -. Fica o Poder executivo autorizado a conceder abono aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, nos termos dos Arts. 21 e 22 da Lei Federal n.º494/2007, observando as condições estipuladas no Art. 169, § 1º, incisos I e II da Constituição da República.



CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24 -. As despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida; sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo, atendendo ao disposto no inciso III, §§ 1º e 2º do Art. 19 e inciso III, § 1º do Art. 20, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, bem como ao disposto no Art. 182 da Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município.

§ 1º. A verificação dos cumprimentos dos limites estabelecidos nos supramencionados Arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000 será realizada ao final de cada semestre.

§ 2º. Entendem-se como Receita Corrente Líquida para efeitos de limites do presente artigo, o somatório das Receitas Correntes da Administração Direta e Indireta excluída as Receitas relativas à contribuição dos servidores para custeio do sistema de Previdência e Assistência Social, conforme inciso IV, letra c do art. 2º da Lei Complementar nº. 101 de 04.05.2000.

§ 3º. O limite estabelecido para Despesas de Pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta e Indireta, nas seguintes Despesas:

- I – Salários (vencimentos e vantagens fixas e variáveis);
- II – Obrigações patronais (encargos sociais);
- III – Proventos de aposentadorias, reformas e pensões;
- IV – Subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito;
- V – Subsídios dos Vereadores;



VI – Outras Despesas de Pessoal.

§ 4º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão, a qualquer título, pelo órgão ou entidades da Administração Direta, Autarquias e Fundações, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício e obedecerão ao limite do *caput* deste artigo.

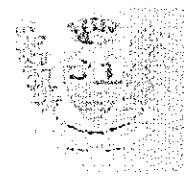
§ 5º. Os valores dos Contratos de Terceirização de Mão de Obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

§ 6º. O pagamento de precatório judicial deverá obedecer aos preceitos e regras capituladas na Emenda Constitucional nº. 62, de 09 de dezembro de 2.009 e na Lei Municipal correspondente.

Art. 25 -. Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos reconhecida de utilidade pública; às pessoas físicas carentes, mediante processo interno, nas áreas de educação, saúde e assistência social.

§ 1º. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo, dos Planos de Aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º. Os prazos para a prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do Plano de Aplicação, não podendo ultrapassar aos 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.



§ 3º. Fica vedada à concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

SECÃO I

DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O REPASSE PARA A CÂMARA

Art. 26 - A liberação de recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas às despesas do Poder Legislativo Municipais ocorrerá conforme o disposto na EC nº 58/2009.

Parágrafo único. O Poder Executivo repassará ao Poder Legislativo, até o dia 20(vinte) de cada mês, 7% (sete por cento) de sua receita, relativa ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício anterior, excluindo-se os valores de convênios, alienações de bens, fundo especial e operações de crédito, desde que aprovado por lei específica tornando este poder independente.

Art. 27 - O Poder Executivo fica autorizado a descontar na parcela do repasse mensal do Duodécimo ao Poder Legislativo, os débitos previdenciários com INSS, não pago pelo Legislativo até o seu vencimento e debitado na Conta do FPM.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO.

Art. 28 - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2020, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e consequentemente aumento das receitas próprias.



Art. 29 - O Prefeito Municipal encaminhará à Câmara propostas de alterações na legislação Tributária, verificada a necessidade ou conveniência administrativa, visando a:

- I – Adequação das alíquotas dos tributos Municipais;
- II – Priorização dos tributos diretos;
- III – Aplicação da justiça fiscal;
- IV – Atualização das taxas;
- V – Reformulação dos procedimentos necessários à cobrança dos tributos municipais.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 -. O Poder Executivo enviará até o dia 30 (Trinta) de setembro de 2018, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que apreciará até a última Sessão Legislativa do semestre, devolvendo-o a seguir para sanção.

Parágrafo Único. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado até 31 de dezembro de 2019, fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a adotar a Lei Orçamentária em vigor como proposta orçamentária, nos termos do Parágrafo Único do Art. 34 da Constituição Estadual.

Art. 31 -. Deverá ser utilizada a classificação orçamentária da despesa pública na forma da Portaria STN/SOF nº. 05 de 20 de maio de 1999, que compõem todas as alterações que constituem o novo Ementário de Classificação das Despesas Públicas, e a Portaria MOG nº. 42 de 14/04/99, que atualiza a discriminação por Função de governo, que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º e, § 2º, do art., 8º, ambos da Lei 4.320/64, Portaria Interministerial nº. 163 de 04/05/01 e Portaria MF nº. 184 de 25/08/2008, que visa conduzir a contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais e ampliar a transparência sobre as contas públicas.



Parágrafo Único – Conforme o disposto na Portaria SOF/SEPLAN nº. 42, de 14 de abril de 1999, os Programas serão identificados, mediante a criação de codificação com 04 dígitos de numeração seqüencial.

Art. 32 - A Lei Orçamentária será sancionada até 31 de dezembro de 2018, acompanhada do Quadro de Detalhamento de Despesa – Q.D.D., especificando por órgão, os projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos com valores devidamente atualizados.

§ 1º - As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão o Quadros de Detalhamento de Despesas, observados os limites fixados na Lei Orçamentária.

I - Os Projetos de Lei Orçamentários Anuais e de Créditos Adicionais, bem como suas propostas de modificações referidas na Lei Orgânica do Município, serão apresentados com a forma e o detalhamento de despesas estabelecidas nesta Lei.

II - Os Decretos de Abertura de Créditos Suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual serão acompanhados, na sua publicação, da especificação das dotações neles contidos e das fontes de recursos que os atenderão.

§ 2º - Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, de uma Fonte de Aplicação para outra ou de um órgão para outro.

Art. 33 - Efetuar com estrita observância a emissão de Relatórios e demonstrativos em cumprimento de prazos, limites de aplicação de recursos de conformidade com as disposições do Art. 63 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000.



Art. 34 -. Em cumprimento ao disposto na alínea "e" do inciso I do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal–LRF nº. 101/2000, a alocação dos recursos da Lei Orçamentária será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas do Governo Municipal.

Parágrafo Único – A avaliação dos resultados obtidos em cada Órgão, dos programas financiados com recursos Orçamentários que integram a execução do Orçamento, conforme dispõe o Art. 4ª, I, alínea "a" da LRF, deverá ser procedida pelo Poder Executivo em cada bimestre, ficando a unidade do Controle Interno responsável pela apreciação dos relatórios, adotando as medidas para o cumprimento das metas bimestrais, que acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante o Exercício Financeiro de 2020.

Art. 35 -. Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizado a realizar concurso público para preenchimento de vagas e cargo no âmbito da administração municipal, desde que não venha a ultrapassar o limite prudencial dos Gastos com Pessoal, elencados no Art. 24 da presente Lei.

Art. 36 -. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras e oficiais de fomento.

Art. 37 -. Caso seja necessário à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, em conformidade com alínea "b" inciso 1 do Artigo 4º da LRF nº. 101, de 04/05/2000, para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei orçamentária, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes inversões financeiras" de cada poder, aos trinta dias subseqüentes.



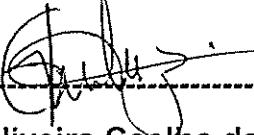
ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRAÇA MINOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64763-000
CNPJ 01.612.369/0001-70



Art. 38 - Caso o Projeto da Lei Orçamentária de 2020 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante poderá ser executado até a edição da respectiva Lei orçamentária na forma originalmente encaminhada a Câmara Legislativa, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

Art. 39 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Capitão Gervásio de Oliveira



Gabriela Oliveira Coelho da Luz
Prefeita Municipal

980.830.073-15



ANEXO I - METAS E PRIORIDADES 2020

A Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, estabelece em seu artigo 4º, que integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO o Anexo de Metas Fiscais. Em cumprimento a essa determinação legal, o referido Anexo inclui os seguintes demonstrativos:

DESCRICAÇÃO DAS AÇÕES E METAS GOVERNAMENTAIS

UNIDADE EXECUTORA: 01.01.00 – CÂMARA MUNICIPAL

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES DE RESPONSABILIDADE DO PODER LEGISLATIVO

AÇÕES:

-
- Construção Reforma e ampliação do prédio da câmara municipal;
 - Aquisição de equipamentos para a câmara municipal;
 - Aquisição de veículos;
 - Manutenção da Câmara Municipal
 - Contribuição a entidades
 - Assessoria Jurídica

UNIDADE EXECUTORA: 02.01.00 – GABINETE DA PREFEITA

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Manutenção da assessoria jurídica;
- Aquisição de equipamentos para o gabinete do prefeito;
- Manutenção do Gabinete da Prefeita;
- Construção reforma e ampliação do prédio da prefeitura;
- Contribuição a Entidades;
- Encargos com Assessoria de Imprensa;
- Administração da Junta do serviço militar



UNIDADE EXECUTORA: 02.02.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO
AÇÕES:

- Encargos e Serviços com a Dívida Interna;
- Encargos com PASEP;
- Aquisição de material permanente;
- Aquisição de imóveis;
- Aquisição de veículos;
- Indenização de Imóveis;
- Aquisição de equipamentos p/ os serviços contábeis;
- Encargos com Assessoria Jurídica, Técnica e Administrativa;
- Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- Manutenção da Segurança Pública;
- Indenizações administrativas e sentenças judiciais;
- Despesas com retransmissão de sinais de TV;
- Manutenção dos serviços contábeis;
- Despesas com obrigações patronais;
- Contribuição a Entidades;
- Encargos com telefonia em geral e os postos telefônicos;
- Manutenção dos serviços com energia elétrica;
- Manutenção do Departamento de tributos;
- Treinamento e capacitação de pessoal;
- Manutenção dos serviços de postagem;
- Manutenção com a delegacia de polícia/segurança pública;



UNIDADE EXECUTORA: 02.03.00 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Manutenção dos serviços de controladoria geral do município;

UNIDADE EXECUTORA: 02.04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Abertura e Pavimentação de ruas/ avenidas;
- Urbanização de ruas e avenidas;
- Construção de cozinha comunitária;
- Construção, ampliação e reforma de logradouros públicos;
- Construção e ampliação da Eletrificação Urbana e Rural;
- Const. Casa Bomba e Aquis. de Motores para Chafarizes;
- Construção e Restauração de Módulos Sanitários – MSD;
- Construção e Restauração de Aterros Sanitários;
- Construção e conservação de esgotamento sanitário;
- Construção e restauração de casas populares e melhoria habitacional;
- Construção de pontes, bueiros e passagem molhada;
- Construção e restauração de estradas vicinais;
- Aquisição de Equip. para Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos;
- Construção do terminal rodoviário;
- Construção e ampliação de calcamentos;
- Construção, Ampliação e Restauração de Praças;
- Const. e reforma de poços, chafarizes e caixas d'água;
- Construção e ampliação de açudes, barragens e barreiros;



- Construção e ampliação da rede/sistema de abastecimento d'água;
- Ações de Saúde e Educação Ambiental;
- Aquisição de Caminhão Compactador de Lixo;
- Construção e Recuperação de Balneários;
- Implementação do Sistema de Irrigação;
- Construção, ampliação e reforma de prédios públicos;
- Manutenção e conservação de calçamentos;
- Manutenção da secretaria de obras e serviços públicos;
- Manut. Dos serviços públicos de limpeza e manejo de resíduos sólidos;
- Manutenção e conservação de praças e outros log. públicos;
- Manutenção dos serviços de iluminação pública;
- Manutenção de cemitérios e serviços funerários;
- Manutenção de poços, chafarizes e caixas d'água;
- Manutenção do Aterro Sanitário Municipal;
- Melhoria sanitária domiciliar zona rural/urbana;
- Manutenção de estradas vicinais;
- Manutenção do plano diretor

UNIDADE EXECUTORA: 02.05.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Aquisição de Trator e Implementos Agrícolas;
- Construção, ampliação e reforma e equip. Feiras, matadouro e mercado público;
- Construção, Implantação e manutenção da casa de farinha;
- Aquisição de patrulha mecanizada;
- Implantação de Unid. De beneficiamento do pedúnculo do caju;
- Implantação da agroindústria de beneficiamento de caju e outros;



- Construir e equipar centro de formação da agricultura familiar;
- Implantação de hortas e roças comunitárias;
- Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- Apoio ao desenvolvimento de irrigação;
- Manutenção dos serviços de correição de animais;
- Manutenção e conservação de mercados, matadouro e feiras;
- Programa de distribuição de sementes e mudas;
- Incentivo a Piscicultura, avicultura, caprina cultura e bovinos;
- Manutenção e conservação de patrulha mecanizada e retro escavadeira;
- Implantação da agricultura familiar;

UNIDADE EXECUTORA: 02.06.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DESP. E LAZER

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO
AÇÕES:

- Construção, ampliação e reforma de unidade escolar;
- Aquisição de equipamentos para unidades escolares;
- Construção e Restauração de Creche;
- Aquisição de Veículos para Educação;
- Aquisição de imóveis;
- Construção e Reforma de Quadras Escolares;
- Administração do Ensino Fundamental;
- Aquisição de Merenda Escolar;
- Manutenção de Creches do Município;
- Errad. E Alfabet. De Jovem e Adulta PEJA;
- Treinamento e qualificação pessoal;
- Conservação e Manutenção e Unidades Escolares;
- Aquisição de material didático e pedagógico;
- Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE



- Programa nacional de alimentação em creche;
- Manutenção e Encargos com Cota-Salário Educação – QSE
- Encargos com Transporte Escolar;
- Indenização de imóveis;
- Programa Estadual de Transporte Escolar;
- Manutenção do ensino infantil;
- Brasil carinhoso TD;
- TD – Pro jovem – campo;
- Programa de construção de quadras poliesportivas;
- Manutenção do departamento esportivo;
- Constr. Ampl. E ref. de ginásio e estádio;

Const. de campos de futebol, ginásios e quadras esportivas;

- Aquisição de equipamentos esportivos;

UNIDADE EXECUTORA: 02.07.00 – FUNDEB

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Construção, Ampliação, Equipar e Reforma de Creches;
- Investimentos na área da educação;
- Aquisição de veículo;
- Construção, Ampliação, Equipar e Reforma de Pré-Escolas;
- Construção Reforma e ampliação de Unidades Escolares;
- Manutenção e encargos do ensino infantil - 40%
- Encargos com pessoal do ensino infantil - 60%
- Manutenção do Magistério Jovem e Adulta - 60%
- Manutenção do Administrativo Jovem e Adulta - 40%
- Manutenção e Encargos da Educação Especial – 40%
- Encargos com Pessoal do Magistério da Educação Especial – 60%
- Manutenção e Encargos do Pré-Escolar– 40%



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRAÇA MINOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64763-000
CNPJ 01.612.369/0001-70



- Encargos com Pessoal do Magistério do Pré-Escolar – 60%;
- Manutenção do magistério - 60%;
- Manutenção da administração - 40%
- Treinamento e qualificação de professores;
- Manutenção do transporte escolar;
- Outras despesas de custeio 40%
- Aquisição de equipamentos;

UNIDADE EXECUTORA: 02.08.00 – SECRETARIA DE SAÚDE

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde e saneamento;

UNIDADE EXECUTORA: 02.09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Construção, ampliação e reforma de postos de saúde;
- Aquisição de equipamentos para postos de saúde;
- Aquisição de unidade móvel de saúde/ ambulância/ veículo
- Aquisição de equipamentos para o fundo municipal de saúde;
- Construção e Aquisição de Equipamentos para a Academia da Saúde
- Manutenção e Encargos do Fundo Municipal de Saúde;
- Aquisição de Medicamentos;
- Programa de Piso de Atenção Básica Fixa - PAB FIXO
- Programa de Piso de Atenção Básica Variável - PAB;
- Programa Vigilância Sanitária
- Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças;
- Programa de saúde na família – PSF;



- Programas de Agentes Comunitários de Saúde – PACS
- Programa de saúde bucal – PSB;
- Núcleo de Apoio da Saúde da Família – NASF
- Manutenção do programa co financiamento;
- Programa de prótese dentária
- Programa de melhoramento do acesso de qualidade – PMAQ;
- Manutenção da Academia da Saúde;

UNIDADE EXECUTORA: 02.10.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO

ASSISTENCIA SOCIAL

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Manutenção do Conselho Tutelar;
- Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Aquisição de equipamentos;

UNIDADE EXECUTORA: 02.11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Construção e Ampliação do Centro de Convivência de idosos;
- Aquisição de equipamentos;
- Construção do Centro de Referência de Assistência Social;
- Construção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social;
- Incentivos a fabricação de produtos artesanais;
- Programa de gestão descentralizada da SUAS;
- Programa Agente Jovem - AJS



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRACA MINOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64763-000
CNPJ 01.612.569/0001-70



- Serviço Social de Proteção Básica- PBF;
- Encargos com transporte de pessoas carentes;
- Programa de índice de gestão descentralizada do Bolsa Família;
- Programa de Amparo ao Abuso e Exploração Sexual – Sentinela;
- Atendimento Emergencial a Calamidade;
- Desenvolvimento de ações do programa Criança Feliz;
- Serviço Social de Proteção Básica Variável;
- Distribuição de Medicamentos e Alimentos;
- Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Aquisição de veículos;
- Aquisição de imóveis;

UNIDADE EXECUTORA: 02.12.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Construir, reformar e equipar o tele centro comunitário;
- Recreação e lazer;
- Construir e equipar biblioteca pública;
- Aquisição de equipamentos para banda de música;
- Encargos diversos com o Festival do Bode;
- Realização e promoção de eventos festivos e comem. Do município;
- Incentivo as atividades culturais do município;
- Formação da banda de música e coral;
- Manutenção do departamento de cultura;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRAÇA MINOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64763-000
CNPJ 01.612.569/0001-70



UNIDADE EXECUTORA: 90.99.99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

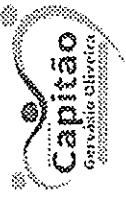
OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Reserva de Contingência.



GABRIELA OLIVEIRA COELHO DA LUZ
PREFEITA MUNICIPAL
CPF: 980.830.073-15



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRACA MINOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO,
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64730-000
CNPJ: 01.612.369/0001-76

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Nº 07/2019 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS 2020

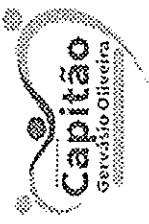
AMF - DEM I (LRF, art. 4º, § 1º) -Portaria STN nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 905 / 2009.

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante (A/PIB)x100	% PIB (A/PIB)x100	Valor Corrente (B)	Valor Constante (B/PIB)x100	% PIB (B/PIB)x100	Valor Corrente (C)	Valor Constante (C/PIB)x100	% PIB (C/PIB)x100
RECEITA TOTAL	19.229.354,49	14.217.976,51	55,020%	20.190.822,21	19.321.360,97	0,054%	21.200.363,32	19.413.807,67	0,001
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	19.071.696,99	14.101.406,26	54,569%	20.025.281,84	19.162.949,13	0,054%	21.026.545,93	19.254.637,88	0,001
DESPESAS TOTAL	19.229.354,49	14.217.976,51	55,020%	20.190.822,21	19.321.360,97	0,054%	21.200.363,32	19.413.807,67	0,001
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	19.084.926,99	14.111.188,38	54,607%	20.039.173,34	19.176.242,43	0,054%	21.041.132,00	19.267.994,78	0,001
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(13.230,00)	(9.782,12)	-0,039%	(13.891,50)	(13.293,30)	0,000%	(14.586,08)	(13.356,91)	(0,000)
RESULTADO NOMINAL	48.510,00	35.867,77	0,139%	50.935,50	48.742,11	0,000%	53.482,28	48.975,32	0,000
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	382.778,60	283.022,35	1,095%	401.917,53	384.610,08	0,001%	422.013,41	386.450,32	0,000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(7.488.508,29)	(5.536.921,95)	-21,428%	(7.862.933,70)	(7.524.338,47)	-0,021%	(8.256.080,39)	(7.560.340,09)	(0,000)

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO, SEPLAN e RGF

GABRIELA OLIVEIRA COELHO DA LUZ


GABRIELA OLIVEIRA COELHO DA LUZ
PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRACA MINOR FERMING DE SOUSA, S/Nº, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64783-650
CNPJ 01.612.565/0001-40

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Nº 07 /2019 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - DEM II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I) -Portaria STN Nº 407 /2011 e Resolução TCE-PI 905 /2009.

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018(A)	% PIB	Metas Realizadas em 2018	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
RECEITA TOTAL	17.441.591,37	0,057	14.321.208,72	0,047	(3.120.382,65)	-17,890%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	17.298.591,37	0,056	14.306.948,00	0,046	(2.991.643,37)	-17,294%
DESPESAS TOTAL	17.441.591,37	0,057	14.726.828,66	0,048	(2.714.762,71)	-15,565%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	17.310.591,37	0,056	14.512.506,01	0,047	(2.798.085,36)	-16,164%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(12.000,00)	(0,000)	(205.558,01)	(0,001)	(193.558,01)	1612.983%
RESULTADO NOMINAL	44.000,00	0,000	(191.297,29)	(0,001)	(235.297,29)	-534.767%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	422.009,36	0,001	327.162,64	0,001	(94.846,72)	-22,475%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(383.865,61)	(0,001)	(7.488.508,29)	(0,024)	(7.104.642,68)	1850.815%

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO, SEPLAN e RGIF

GABRIELA OLIVEIRA COELHO DA LUZ
PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRACA MINOR FRANCISCO DE SOUZA, Q/N. CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP. 43.763-000
CNPJ: 01.612.369/0001-76

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Nº 07/2019 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019 ANEJO DE METAS FISCAIS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF - DEM III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II) -Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 905 / 2009.

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
RECEITA TOTAL	15.435.270,00	14.321.208,72	-7,22%	18.313.670,94	27,88%	19.229.354,49	5,00%	20.190.822,21	5,00%	21.200.363,32	5,00%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	15.225.270,00	14.306.948,00	-6,03%	18.163.520,94	26,98%	19.071.696,99	5,00%	20.025.281,84	5,00%	21.026.545,93	5,00%
DESPESAS TOTAL	15.435.270,00	14.726.828,66	-4,59%	18.313.670,94	24,36%	19.229.354,49	5,00%	20.190.822,21	5,00%	21.200.363,32	5,00%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	15.197.349,00	14.512.506,01	-4,51%	18.176.120,94	25,24%	19.084.926,99	5,00%	20.039.173,34	5,00%	21.041.132,00	5,00%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	27.921,00	(205.558,01)	-836,21%	(12.600,00)	-93,87%	(13.230,00)	5,00%	(13.891,50)	5,00%	(14.586,08)	5,00%
RESULTADO NOMINAL	92.921,00	(191.297,29)	-305,87%	46.200,00	-124,15%	48.510,00	5,00%	50.935,50	5,00%	53.482,28	5,00%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	556.398,66	327.162,64	-41,20%	134.389,30	-58,92%	382.778,60	184,83%	401.917,53	5,00%	422.013,41	5,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(7.488.508,29)	(7.488.508,29)	0,00%	(7.488.508,29)	0,00%	(7.488.508,29)	0,00%	(7.862.933,70)	5,00%	(8.256.080,39)	5,00%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
RECEITA TOTAL	17.261.262,44	15.108.875,20	-12,47%	18.313.670,94	21,21%	18.140.900,46	-0,94%	17.885.394,82	-1,41%	17.633.172,52	-1,41%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	17.026.419,44	15.093.830,14	-11,25%	18.163.520,94	20,34%	17.992.166,97	-0,94%	17.738.756,17	-1,41%	17.488.601,79	-1,41%
DESPESAS TOTAL	17.261.262,44	15.536.804,24	-9,99%	18.313.670,94	17,87%	18.140.900,46	-0,94%	17.885.394,82	-1,41%	17.633.172,52	-1,41%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	16.995.195,39	15.310.693,84	-9,91%	18.176.120,94	18,72%	18.004.648,10	-0,94%	17.751.061,51	-1,41%	17.500.733,60	-1,41%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	31.224,05	(216.863,70)	-794,54%	(12.600,00)	-94,19%	(12.481,13)	-0,94%	(12.305,34)	-1,41%	(12.131,81)	-1,41%
RESULTADO NOMINAL	103.913,55	(201.818,64)	-294,22%	46.200,00	-122,89%	45.764,15	-0,94%	45.119,59	-1,41%	44.483,30	-1,41%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	622.220,62	345.156,59	-44,53%	134.389,30	-61,06%	361.111,89	168,71%	356.025,80	-1,41%	351.005,08	-1,41%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(8.374.398,82)	(7.900.376,25)	-5,66%	(7.488.508,29)	-5,21%	(7.064.630,46)	-5,66%	(6.965.128,62)	-1,41%	(6.866.905,42)	-1,41%

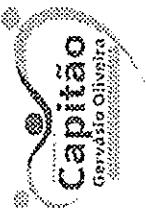
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTABIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

GABRIEL
OLIVEIRA COEHO DA LUZ

PREFEITO MUNICIPAL

GABRIEL
OLIVEIRA COEHO DA LUZ

PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRACA MÍNOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64763-300
CNPJ: 01.612.565/0001-75

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS N° 07/2019 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III) Portaria STN N° 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 905 / 2009.

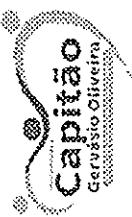
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	3.787.322,71	100,000%	3.905.701,86	77,273%	3.018.057,08	100,000%
RESERVAS	-	0,000%	-	0,000%	-	0,000%
RESULTADO ACUMULADO	-	0,000%	-	0,000%	-	0,000%
TOTAL	3.787.322,71	100,000%	3.905.701,86	100,000%	3.018.057,08	100,000%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
PATRIMÔNIO		0,000%	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
RESERVAS	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
TOTAL	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

GABRIELA OLIVEIRA COELHO DA LUZ
PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRACA MAIOR FERNANDO DE SOUSA, S/Nº, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CESE, 64763-000
CNPJ 01.612.569/0001-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS N° 07 /2019 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) Portaria STN N° 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 905 / 2009.

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,00
Alienação de Bens Móveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens Imóveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS EXECUTADAS	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime Geral de Previdência Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SALDO FINANCEIRO	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
VALOR (III)	(g)=(Ia+Id)+IIIh	(h)=(Ib+Ie)+IIIi	(i)=(Ic+If)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

GABRIELA OLIVEIRA COELHO DA LUZ
PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRACA MINOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64763-000
CNPJ: 01.612.560/0001-70



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Nº 07/2019 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

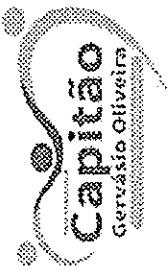
AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a") Portaria STN N° 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 905 / 2009.

R\$ 1,00

RECEITAS	2016	2017	2018
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	-	-	-
RECEITAS CORRENTES			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-
RECEITAS CORRENTES			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	-	-	-
DESPESAS	2016	2017	2018
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IV)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO			
PREVIDÊNCIA			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2016	2017	2018
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Plano Previdenciário			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

GABRIELA OLIVEIRA COELHO DA LUZ
PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRACA MINOR FIRMÃO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64753-000
CNPJ: 01.612.555/0001-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS N° 07/2019 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)Portaria STN N° 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 905 / 2009.

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2018	2019	
Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos	Anistia	NÃO HOUVE			Elevação de alíquota do ISSQN em 2%
ISSQN	Remissão	NÃO HOUVE			Elevação de alíquota do ISSQN em 2%
ISSQN	Isenção	NÃO HOUVE			Instituição da Contribuição de Iluminação Pública
	TOTAL		R\$ -	R\$ -	R\$ -

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATORIOS DA RREO e RGF

GABRIELA OLIVEIRA COELHO DA LUZ
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA

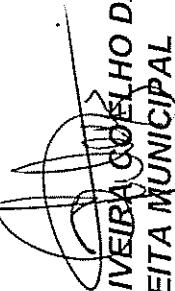
*LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS N° 07 /2019 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO*

EVENTOS	Valor Previsto para 2019
Aumento Permanente da Receita	R\$ 37.037,68
(-) Transferências Constitucionais	R\$ -
(-) Transferências ao Fundeb	R\$ 7.407,54
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	R\$ 29.630,14
Redução Permanente de Despesa (II)	R\$ 1.851,88
Margem Bruta (III)=(I+II)	R\$ 31.482,03
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	R\$ -
Novas DOCC	R\$ -
Novas DOCC geradas por PPP	R\$ -
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	R\$ 31.482,03

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art 4º, § 2º, inciso V) Portaria STN N° 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 905 / 2009.

R\$ 1,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF


GABRIELA OLIVEIRA
CLOELHO DA LUZ
PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRAÇA MINOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64753-000
CNPJ 01.612.569/0001-70



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº 07/2019 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019
ANEXO III - RISCOS FISCAIS - 2020

(Art. 4º § 3º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas quando da elaboração do orçamento anual.

Riscos Fiscais são as possibilidades de ocorrência de eventos, que por incertos, podem causar impacto negativo nas receitas públicas e são classificadas em dois grupos:

- a) Os Riscos Orçamentários – referem-se à frustração de arrecadação, a restituição de tributos não previsto ou previsto a menor, a diminuição da atividade econômica e situação de calamidade pública, dentre outras.
- b) Riscos de Gestão da Dívida – referem-se às ocorrências externas à administração, tais como variação da taxa de câmbio de juros que afetam as obrigações vincendas.

Desse modo, sopesados as possíveis ocorrências, estimou-se um risco de aproximadamente R\$: 180.189,80 (Centro e Oitenta Mil, Cento e Oitenta e Nove Reais e oitenta centavos) para o exercício de 2020 conforme demonstrativo que segue:

GABRIELE OLIVEIRA COELHO DA LUZ
PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRACA MINOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP: 64763-000
CNPJ 01.612.569/0001-70



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Nº 07 /2019 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019 ANEXO II- DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 905 / 2009.

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRÍCÃO	VALOR (R\$)	DESCRÍCÃO	VALOR (R\$)
Estiagem prolongada e enchentes	R\$ 110.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	R\$ 110.000,00
SUB-TOTAL	R\$ 110.000,00	SUBTOTAL	R\$ 110.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRÍCÃO	VALOR (R\$)	DESCRÍCÃO	VALOR (R\$)
Discrepância de projeções	R\$ 40.189,80	TOTAL DE ABERTURA DE CREDITOS	R\$ 40.189,80
Condenações Judiciais	R\$ 30.000,00	Abertura de créditos adicionais apartir de anulação de despesas	R\$ 40.189,80
Pagamento de Juros da dívida maior que o orçado	R\$ 10.189,80		
SUBTOTAL	R\$ 40.189,80	SUBTOTAL	R\$ 40.189,80
TOTAL	R\$ 150.189,80	TOTAL	R\$ 150.189,80

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

GABRIELA OLIVEIRA COELHO DA LUZ
PREFEITA MUNICIPAL